

**Intervenção do Delegado Empregador Português na 111ª Sessão da  
Conferência Internacional do Trabalho**

***Manuel Marcelino Peralta da Pena Costa***

Em representação da Delegação dos Empregadores portugueses, gostaria de reafirmar a convicção das empresas portuguesas nos esforços que o nosso tecido empresarial tem feito – dentro e fora do nosso território – para ultrapassarmos, em conjunto, as dificuldades que crises sucessivas trouxeram ao nosso país e a todos os que existem à escala global.

Em Portugal, temos um modelo de diálogo social tripartido que se tem afirmado de forma positiva. É um modelo que tem demonstrado a importância da participação e da intervenção que os Parceiros Sociais têm tido sempre, especialmente em tempos difíceis como os que vivemos, no sentido de alcançar o desenvolvimento das atividades económicas, maior coesão social e níveis superiores de bem-estar da sociedade.

Foi assim que, em 2021, todos os Parceiros sociais patronais portugueses assinaram um *Acordo sobre formação profissional e qualificação*, enquanto desígnio estratégico para as pessoas, para as empresas e para o país e realçando o papel dos Parceiros Sociais com assento na

Concertação Social no modelo de governação e no contexto dos programas de formação profissional.

E foi também neste contexto que, no outono de 2022, a maioria dos Parceiros Sociais portugueses assinaram o *Acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade*, com os objetivos de se reequilibrar a repartição da riqueza produzida, aumentar o rendimento disponível das pessoas e famílias, fixar talento jovem e criar condições para reforçar a competitividade das empresas e o crescimento da produtividade.

Este Acordo foi o resultado de duras negociações, mas sobretudo da firme convicção de que “a união faz a força” – sabemos hoje, meses após, que os esforços de diálogo e de tecermos objetivos concretos terão de fazer a diferença. Este Acordo é apenas um exemplo do esforço conjunto nesse sentido, mas que consideramos fundamental para a atuação de todos os Parceiros Sociais, em todos os países do mundo – sem o empreendedorismo, sem as empresas, sem ambientes empresariais amigáveis e competitivos, não será possível ultrapassarmos contextos tão complicados como os que temos enfrentado.

Relativamente aos trabalhos em curso nesta Conferência Internacional, gostaríamos de realçar pela positiva o facto de Portugal assumir uma vez mais a responsabilidade de presidir aos trabalhos da Comissão sobre as aprendizagens de qualidade. Congratulamos o trabalho já desenvolvido na referida discussão e não poderíamos deixar de realçar todo o trabalho que tem sido feito pelos Parceiros Sociais

no âmbito da Aprendizagem ao Longo da Vida e da Formação de Jovens – os que nos irão liderar nas próximas décadas. Há que referir o problema que temos tido em atrair e manter talento – aqui está uma área em que temos e deveremos trabalhar em conjunto com o resto do mundo!

Como refere o Relatório do Senhor Diretor-Geral da OIT, há realidades muito complicadas que o mundo do trabalho tem que enfrentar e sobre as quais temos de agir – mas todos os desafios que se colocam são, também, oportunidades de amadurecimento, de afirmação e de crescimento: compete a todos os envolvidos atuarem de uma forma que possa dar um contributo positivo para a resolução das questões que se colocam; e as questões que se levantam ao nível da justiça social e de um contrato social que deverá estar permanentemente em revisão deverão ser basilares para a atuação da OIT.

Obrigado pela vossa atenção

Genebra, 13.06.2023